

Centro de  
Inovação para a  
Educação  
Brasileira - CIEB

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017 e 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração da mutação do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas Explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Assurance Services Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Conselheiros do  
Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2018

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC 2SP023228/O-4

Marcos Antonio Boscolo  
Contador CRC 1SP198789/O-0

## Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	880.579	1.580.424	Impostos e contribuições	6	54.803	50.329
Outras contas a receber		<u>30.752</u>	<u>2.829</u>	Salários e encargos a pagar	7	214.171	200.309
		<u>911.331</u>	<u>1.583.253</u>	Outras contas a pagar		<u>8.430</u>	<u>8.000</u>
						<u>277.404</u>	<u>258.638</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>	9		
Imobilizado	5 #	<u>72.312</u>	<u>72.000</u>	Patrimônio Social		1.216.198	-
				Reserva de estatutária		180.417	-
				(Déficit)/superávit do exercício		<u>(690.376)</u>	<u>1.396.615</u>
						<u>706.239</u>	<u>1.396.615</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>983.643</u></u>	<u><u>1.655.253</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>983.643</u></u>	<u><u>1.655.253</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	2017	2016
<b>Receitas operacionais</b>			
Doações de pessoas jurídicas	10	2.653.795	3.608.333
Trabalho voluntário		<u>25.606</u>	<u>4.943</u>
		<u>2.679.401</u>	<u>3.613.276</u>
<b>Custos e Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal operacional	11	(1.378.581)	(964.592)
Outras despesas operacionais	12	(1.221.467)	(507.474)
Despesas com pessoal administrativo	13	(212.447)	(194.759)
Outras despesas administrativas	14	(510.124)	(507.729)
Impostos e taxas	15	(117.289)	(154.826)
Trabalho voluntário		<u>(25.606)</u>	<u>(4.943)</u>
		<u>(3.465.514)</u>	<u>(2.334.323)</u>
<b>(Déficit) superávit antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<u>(786.113)</u>	<u>1.278.953</u>
Receitas Financeiras	16	99.674	118.563
Despesas Financeiras	16	<u>(3.937)</u>	<u>(901)</u>
<b>Receitas financeiras líquidas</b>		<u>95.737</u>	<u>117.662</u>
<b>(Déficit) superávit do exercício</b>		<u><u>(690.376)</u></u>	<u><u>1.396.615</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em Reais)*

	2017	2016
(Déficit) superávit do exercício	(690.376)	1.396.615
Outros componentes do resultado abrangente:	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u><u>(690.376)</u></u></b>	<b><u><u>1.396.615</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

### Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Reserva Estatutária</b>	<b>(Déficit) Superávit Acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	-	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	1.396.615	1.396.615
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	-	-	<b>1.396.615</b>	<b>1.396.615</b>
Transferência para o patrimônio social	1.216.198	-	(1.216.198)	-
Transferência para o reserva de contingências	9	180.417	(180.417)	-
(Déficit) do exercício	-	-	(690.376)	(690.376)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.216.198</b>	<b>180.417</b>	<b>(690.376)</b>	<b>706.239</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
(Déficit) superávit do exercício	(690.376)	1.396.615
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	<u>10.827</u>	<u>5.532</u>
	(679.549)	1.402.147
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
<b>(Aumento)/redução nos ativos em</b>		
Outras contas a receber	(27.923)	(2.829)
<b>Aumento/(redução) nos passivos em</b>		
Impostos e contribuições	4.474	50.329
Salários e encargos a pagar	13.862	200.309
Outras contas a pagar	<u>430</u>	<u>8.000</u>
<b>Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais</b>	<u>(688.706)</u>	<u>1.657.956</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	<u>(11.139)</u>	<u>(77.532)</u>
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos</b>	(11.139)	(77.532)
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(699.845)</u>	<u>1.580.424</u>
<b>Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	1.580.424	-
No fim do exercício	<u>880.579</u>	<u>1.580.424</u>
	<u>(699.845)</u>	<u>1.580.424</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

### 1 Contexto operacional

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB é uma Entidade sem fins lucrativos ou econômicos e que tem como objeto social apoiar pessoas naturais e jurídicas, instituições, governo, empresas e/ou entidades que desenvolvam atividades, programas, planos e/ou projetos tecnológicos e de inovação que busquem, com foco no ensino público, contribuir para o desenvolvimento da educação no Brasil, estimulando um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem.

Apesar da Ata de Assembleia Geral de Constituição do CIEB ser datada de 20 de outubro de 2015, suas atividades se iniciaram apenas em 14 de março de 2016 com a locação do escritório e contratação da equipe inicial.

A Entidade poderá, para a consecução de seu objeto social, utilizar-se de quaisquer meios e atividades permitidos por lei, especialmente:

*a.* apoiar, promover, fomentar e/ou implantar iniciativas voltadas a estimular um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem;

*b.* celebrar parcerias, contratos e convênios com entes públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para a materialização de seu objeto social;

*c.* promover, apoiar e desenvolver, em seus vários desdobramentos, as manifestações intelectuais, culturais, artísticas e/ou educacionais, por meio de treinamento técnico, de publicação ou de edição, própria ou por meio de terceiros, de livros e revistas de natureza técnica, científica, cultural e artística e de vídeos ou quaisquer outros meios de mídia, divulgação ou comunicação que ajudem a propagar o objeto social;

*d.* patrocinar e/ou incentivar realizações de natureza cultural, educacional, técnica ou econômica, tais como palestras, cursos, seminários, congressos, exposições, feiras, amostras e promoções, voltadas para os seus objetos e finalidades;

*e.* participar como sócia, acionista, titular de debêntures, bônus de subscrição, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária, em sociedades, consórcios ou empreendimentos que tenham objetivos e propósitos semelhantes ou complementares aos da Entidade, ou que possam contribuir para a consecução do objeto social da Entidade; e

*f.* praticar quaisquer outros atos e atividades lícitas para a consecução do objeto social, mesmo que não estejam previstos neste Estatuto, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral.

## **2 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19 de abril de 2018.

### **2.1 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.b - vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 8 - provisão para contingências e
- Nota 18 - mensuração de instrumentos financeiros.

### **2.4 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº18 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para o período apresentado nessas demonstrações financeiras.

#### **a. Instrumentos financeiros**

##### ***Ativos financeiros não derivativos***

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

##### ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

##### ***Empréstimos e recebíveis***

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e outras contas a receber

##### ***Caixa e equivalentes de caixa***

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos, conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizadas na quitação de obrigações de curto prazo.

##### ***Passivos financeiros não derivativos***

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: outras contas a pagar.

Tal passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esse passivo financeiro é medido pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### ***Instrumentos financeiros derivativos***

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*.

### **b. Ativo imobilizado**

#### ***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulado, quando necessário.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### ***Custos subsequentes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### ***Depreciação***

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**c. Redução ao valor recuperável**

***Ativos financeiros***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

**d. Passivo circulante**

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**e. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**f. Apuração do superávit do exercício**

O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

O superávit do período será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

**g. Contribuições e doações**

A receita de contribuição e doação no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, de maneira que o valor da receita de contribuição e doação possa ser mensurada de maneira confiável.

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

**h. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem tarifas sobre operação de câmbio e outras tarifas em conta corrente.

**i. Receitas com trabalhos voluntários**

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017 a Entidade registrou o montante de R\$ 25.606 (R\$ 4.943 em 2016) referente a trabalhos voluntários.

**j. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

**k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Entidade em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Entidade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Entidade fará no futuro. No entanto, a Entidade espera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

***IFRS 16 Leases (Arrendamentos)***

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.



A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Administração da Entidade está analisando a aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral a Entidade deverá reconhecer ativos de arrendamento (direito de uso) e passivos de arrendamento (inicialmente mensurado pelo valor presente das contraprestações não canceláveis) no balanço em essência para todos os arrendamentos. Mesmo sem uma avaliação detalhada da norma a Entidade entende que haverá impacto significativo na implementação da IFRS16 nas rubricas de ativos e passivos, tendo em vista que a Entidade possui contratos de arrendamentos relevantes sendo incorrido no exercício de 2017 o montante de R\$ 100.304 com despesas com alugueis.

#### **I. Gerenciamento de risco financeiro**

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº18.

#### ***Estrutura do gerenciamento de risco***

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa	1.371	306
Bancos conta movimento	585.023	10
Aplicações financeiras	294.185	1.580.108
	880.579	1.580.424

As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Bancário - CDB, que em 2017 variam de 1,01% a 1,47 % ao mês (1,04% a 1,50% em 2016). São de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor. Estas aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Entidade sem ônus.

#### 5 Imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	<b>2016</b>	<b>Adições</b>	<b>2017</b>
Móveis e Utensílios	51.584	-	51.584
Microcomputadores e periféricos	25.949	11.139	37.088
<b>Total do custo</b>	77.533	11.139	88.672
Móveis e Utensílios	(2.380)	(5.158)	(7.538)
Microcomputadores e periféricos	(3.153)	(5.669)	(8.822)
<b>Total da depreciação</b>	(5.533)	(10.827)	(16.360)
<b>Total do imobilizado</b>	72.000	312	72.312

#### 6 Impostos e contribuições

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
IRRF a recolher	47.779	45.879
PIS a recolher	2.020	1.711
ISS fonte a recolher	785	-
ISS a recolher	403	373
COFINS a recolher	84	591
Outros impostos a recolher	3.732	1.775
	54.803	50.329

## 7 Salários e encargos a pagar

	2017	2016
Férias e encargos sociais	111.557	77.778
INSS a recolher	47.855	63.581
Salários a pagar	43.266	52.728
FGTS a recolher	9.526	6.222
Bolsa auxílio estagiários	1.967	-
	<hr/>	<hr/>
	214.171	200.309

## 8 Provisão para contingências

Com base no parecer emitido pelo assessor jurídico externo, não há qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedidos contra a Entidade em 31 de dezembro de 2017 e 2016 que devessem ser provisionados e/ou divulgados.

## 9 Patrimônio líquido

O patrimônio da Entidade é constituído de bens móveis (tangíveis ou intangíveis), imóveis, direitos (inclusive direitos de propriedade intelectual) e recursos financeiros adquiridos ou recebidos sob a forma de contribuição, doação, legado, subvenção, auxílio, rendimentos, dividendos, ou de qualquer outra forma lícita, devendo ser administrado e utilizado apenas para o estrito cumprimento de suas finalidades sociais.

No caso de dissolução da Entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra, ou outras pessoas jurídicas preferencialmente sem fins econômicos e preferencialmente que tenham o mesmo objeto social (ou objeto similar ou complementar) da Entidade, que serão determinadas pela Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim.

**Remuneração da administração:** O Estatuto da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho da Administração.

A Entidade conta com os seguintes Associados:

**Mantenedores:** Instituto Sonho Grande, Instituto Natura, Instituto Lemann, Instituto Península e Fundação Itaú Social.

**Contribuintes:** Fundação Roberto Marinho.

Os membros do Conselho de Administração não farão jus a qualquer remuneração, mas poderão receber o reembolso das despesas gastas para comparecimento nas reuniões do Conselho e Assembleias Gerais, desde que devidamente comprovadas.

**Fundo contingencial:** Foi aprovado em 14 de dezembro de 2016, pela Assembleia Geral Extraordinária, a criação do Fundo Contingencial de acordo com os termos do Estatuto Social, que será formado por 5% do valor da contribuição patrimonial dos Associados, objetivando preservar recursos para a permanente manutenção da Entidade, de seu patrimônio e para consecução do objeto social.

A Entidade poderá utilizar os recursos do Fundo Contingencial para arcar com as despesas administrativas necessárias à manutenção de suas atividades e para materializar seu objeto social, conforme deliberação do Conselho de Administração.

Em 2017 a Entidade constituiu R\$ 180.417 a título de reserva de contingência.

## 10 Receitas operacionais - receita das atividades

	2017	2016
Doações de pessoas jurídicas		
Instituto Sonho Grande	500.000	697.917
Instituto Península	500.000	697.917
Instituto Lemann	500.000	697.917
Instituto Natura	500.000	649.167
Fundação Itaú Social	500.000	-
Fundação Roberto Marinho	153.795	516.458
Instituto Inspirare	-	348.958
	<hr/>	<hr/>
	2.653.795	3.608.333
	<hr/>	<hr/>

## 11 Despesas com pessoal operacional

	2017	2016
Salários	(776.709)	(563.853)
INSS	(245.835)	(179.565)
Férias	(95.070)	(65.444)
FGTS	(84.613)	(54.208)
13º salário	(71.690)	(49.083)
Benefícios	(64.008)	(45.664)
Estagiários	(29.820)	-
PIS sobre folha	(9.261)	(6.774)
Aviso prévio e indenizações	(1.575)	-
	<hr/>	<hr/>
	(1.378.581)	(964.592)
	<hr/>	<hr/>

## 12 Outras despesas operacionais

	2017	2016
Doações (Efex)	(502.531)	-
Serviços prestados - pessoa física e jurídica	(344.224)	(271.560)
Eventos	(196.790)	(149.990)
Viagens e estadias	(149.063)	(66.704)
Benefícios	(16.010)	(10.371)
INSS sobre serviço de terceiros	(1.033)	(5.176)
Outros	(11.817)	(3.673)
	<hr/>	<hr/>
	(1.221.467)	(507.474)
	<hr/>	<hr/>

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) apoia a inovação educacional por meio das novas tecnologias, que podem impulsionar uma transformação sistêmica e promover maior equidade, qualidade e contemporaneidade na educação pública brasileira. Para isso, identifica e conecta atores qualificados, promovendo o pensamento crítico e a interação, em ambientes favoráveis ao surgimento de novas ideias e ações. Também atua no apoio ao poder público, gestores educacionais e docentes na compreensão de que as tecnologias educacionais se tornam mais eficazes quanto mais estiverem em equilíbrio os elementos: visão, competências, recursos digitais e infraestrutura.

Em 2017, a atuação do CIEB se deu por meio das seguintes frentes:

#### **Apoio técnico ao Programa de Inovação Educação Conectada**

O governo federal lançou, em 2017, um programa para estimular e apoiar o uso de tecnologia no ensino básico. O CIEB tornou-se parceiro técnico do Ministério da Educação, contribuindo para a concepção e a implantação do Programa de Inovação Educação Conectada. Especialistas da instituição também desenvolveram os conteúdos da formação dirigidas aos articuladores dos Planos Locais de Inovação e Tecnologia nas redes municipais e estaduais de ensino.

#### **Contribuições à BNCC**

Presente em três das cinco audiências públicas realizadas sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o CIEB contribuiu para que a nova Base incluísse uma competência geral relacionada ao uso e à produção de tecnologia pelos estudantes. O documento final incorporou propostas apresentadas pelo CIEB, que fez parcerias com o Movimento pela Base Nacional Comum e com a Sociedade Brasileira de Computação (SBC) para somar esforços na qualificação da BNCC-v3.

#### **Efex**

O EfeX, Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias para Professores, teve seu conceito idealizado e projetado pelo CIEB a partir de uma ampla pesquisa sobre centros de referência internacionais na formação de professores para inovação na escola. O EfeX é uma proposta de espaço para formação de docentes que mostra possíveis caminhos para o uso concreto de tecnologias no cotidiano escolar, permitindo aos professores realizar atividades teóricas e práticas. Estão previstas a implantação de quatro pilotos pelo CIEB, sendo que dois foram implantados em 2017: um em Blumenau (SC) e um em Maceió (AL). Esses dois estados foram escolhidos por representar diversidade do sistema educacional brasileiro e por terem se comprometido com o desenvolvimento de planos de inovação e tecnologia por meio da ferramenta Guia EduTec, que foi prototipada pelo CIEB. Outros Estados e Municípios que queiram implantar um EfeX podem utilizar as referências do projeto disponíveis no site do CIEB. Os dois EfeX (Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias para Professores - EFEX) implantados em 2017, em Blumenau e em Maceió, foram contabilizados como doações totalizando R\$ 502.5131 sendo R\$ 286.834 para a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e R\$ 286.834 para a Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, aprovadas pelo Conselho de Administração .

### **Guia EduTec**

Plataforma on-line e gratuita, o Guia EduTec apoia gestores públicos na formulação de Planos Locais de Inovação e Tecnologia. Desenvolvida pelo CIEB, a ferramenta propõe um processo estruturado, a partir de dados coletados na própria rede de ensino. O guia orienta o gestor a identificar as prioridades e a criar um plano eficaz de inovação a partir de evidências. Em 2017, a plataforma evoluiu, incorporando funcionalidades de planejamento para um plano de inovação educacional.

### **Plataforma EduTec**

Ferramenta on-line para facilitar a compreensão e a busca de tecnologias educacionais por gestores públicos, a plataforma aproxima as demandas das escolas com a oferta das edtechs. O sistema permite pesquisa por nome de empresa ou da tecnologia, tipo de tecnologia, e o uso de diversos filtros no resultado da busca. O cadastramento dos produtos e serviços é aberto e pode ser feito diretamente na plataforma.

### **Conecte-C**

Série de encontros mensais que promovem o diálogo e a interação entre diferentes atores do ecossistema de inovação na educação pública. As discussões são norteadas por desafios na educação pública, tendências de tecnologias educacionais, caminhos para o empreendedorismo na educação, políticas públicas na educação. Em 2017, foram realizados 8 encontros, totalizando uma série de 14 Conecte-C.

### **Rede IEB**

A Rede IEB se consolidou, em 2017, como um ambiente para conectar centros de pesquisa e especialistas comprometidos em promover a inovação na educação pública. A Rede produz conhecimentos acadêmicos de utilidade para o desenvolvimento de políticas públicas, apoiando gestores na tomada de decisão.

### **CIEB Publicações**

Buscando gerar subsídios para promover o diálogo qualificado entre os atores do ecossistema de inovação em educação, o CIEB publica periodicamente estudos e notas técnicas. Os estudos têm como objetivo sistematizar e analisar informações e experiências nacionais e internacionais relacionadas a esse ecossistema e, a partir desses dados, sugerir estratégias e recomendações para as políticas públicas brasileiras. São financiados pelo CIEB e realizados por pesquisadores independentes. As notas técnicas contêm discussões objetivas sobre temas atuais relacionados à inovação na educação pública brasileira. São pesquisas e estudos gerados pela equipe do CIEB a partir do desenvolvimento de nossos projetos e que compartilhamos para contribuir para o debate público sobre o tema.

### 13 Despesas com pessoal administrativo

	2017	2016
Salários	(102.006)	(113.280)
INSS	(32.941)	(35.928)
Férias	(12.954)	(13.111)
FGTS	(9.944)	(11.069)
Benefícios	(44.010)	(10.088)
13 Salário	(9.345)	(9.833)
Outros	(1.247)	(1.450)
	(212.447)	(194.759)

### 14 Outras despesas administrativas

	2017	2016
Serviços prestados - pessoa física e jurídica	(168.612)	(212.319)
Aluguel	(100.304)	(77.677)
Seguros gerais	(36.826)	(7.558)
Viagens e estadias	(36.601)	(29.173)
Honorários contábeis	(29.471)	(17.754)
Condomínio	(25.862)	(20.748)
Despesas trabalhos voluntários	(25.606)	(4.943)
Material de escritório	(18.926)	(26.434)
Manutenção de Software	(16.320)	-
Honorários advocatícios	(15.920)	-
Conservação e manutenção	(2.045)	(63.387)
Outros	(33.631)	(47.736)
	(510.124)	(507.729)

### 15 Impostos e taxas

	2017	2016
ITCMD - Imposto Transmissão Causa Mortis Doação	(106.152)	(144.333)
COFINS	(5.110)	(5.613)
IPTU	(5.766)	(4.349)
Outros Impostos e taxas	(261)	(531)
	(117.289)	(154.826)

Em fevereiro de 2018 a Administração obteve a declaração de isenção de ITCMD, como entidade promotora de direitos humanos, emitida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo, com validade entre 23 de fevereiro de 2018 e 22 de fevereiro de 2019.

## 16 Resultado financeiro

Receitas financeiras	2017	2016
Rendimento de aplicações financeiras	99.195	118.560
Descontos obtidos	389	3
Variação cambial ativa	90	-
Total das receitas financeiras	99.674	118.563
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros Passivos	(2.279)	(109)
IOF	(1.440)	(792)
Variação cambial passiva	(218)	-
Total das despesas financeiras	(3.937)	(901)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	95.737	117.662

## 17 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício de 31 dezembro de 2017 e 2016:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

## 18 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

### 18.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, sendo eles, outras contas a receber e outras contas a pagar estão classificados como empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros.



A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

	2017	2016	Classificação (*)
<b>Ativos</b>			
Caixa e bancos	586.394	316	Empréstimos e recebíveis
Aplicações financeiras	294.185	1.580.108	Valor justo por meio de resultado
Outras contas a receber	<u>30.752</u>	<u>2.829</u>	Empréstimos e recebíveis
<b>Passivos</b>			
Outras contas a pagar	<u>(8.430)</u>	<u>(8.000)</u>	Outros passivos financeiros
Total	<u><u>902.901</u></u>	<u><u>1.575.253</u></u>	

(\*) Os instrumentos financeiros estão classificados conforme descritos na nota explicativa nº 3a .

## 18.2 Valor justo

Não existem diferenças entre valores de mercado e os valores registrados na contabilidade.

### 18.2.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

### 18.2.2 Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

**18.3 Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de cartão de crédito proveniente de doações.

**18.4 Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

**18.5 Risco de mercado**

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

**19 Avais, fianças e garantias**

Durante o exercício 31 de janeiro de 2017, a Entidade não apresentou quaisquer avais, fianças e garantias.

\* \* \*

Lucia Gomes Vieira Dellagnelo  
Diretora Presidente

Fernanda Natalino  
Contadora CRC 1SP144709/O-3